

política

Campanhas eleitorais aquecem mercado imobiliário na Capital

Candidatos buscam aluguel de imóveis para instalar seus comitês



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

As eleições marcadas para 4 de outubro aquecem o mercado imobiliário em Porto Alegre. Com a proximidade da campanha eleitoral - que deve iniciar em 16 de agosto -, os candidatos buscam o aluguel de imóveis para instalar seus comitês, reunir a militância e guardar material de divulgação. Os locais mais procurados estão localizados nos bairros Cidade Baixa e Bom Fim.

A gerente de aluguéis da imobiliária Auxiliadora Predial, Monique Azambuja, explica que, historicamente, as eleições costumam gerar um aumento na procura por imóveis comerciais. Neste ano, a procura maior ocorreu no início de junho.

“Os espaços mais procurados são lojas de rua, imóveis grandes com fácil acesso, para centralizar as equipes de trabalho e receber os eleitores. E a busca está concentrada em imóveis localizados nos bairros Cidade Baixa e Bom Fim. Além disso, há o aumento de demanda por galpões e depósitos para guardar material de campanha”, relata Monique.

Apesar de o contrato desse tipo de aluguel durar em média quatro meses, a gerente de alu-



GABRIELI SILVA/ESPECIAL/JC

Gerente de aluguéis, Monique Azambuja vê oportunidade de negócio

guéis da Auxiliadora Predial acredita que é uma boa oportunidade para os proprietários, porque, muitas vezes, gera uma valorização em imóveis que estão vagos há bastante tempo. Segundo Monique Azambuja, o aluguel para campanhas eleitorais aumenta a chance de o imóvel ser alugado por um período mais longo após a eleição.

“Para o proprietário, é uma grande oportunidade, porque, às vezes, aquele imóvel está vago há algum tempo. Após a locação temporária, ele acaba sendo valorizado, porque, muitas vezes, o local passa por uma pequena reforma”, comenta Monique.

Embora as eleições de 2026 tenham um impacto positivo no mercado imobiliário, a representante da Auxiliadora Predial observa que a demanda por imóveis

tem diminuído nas últimas eleições. “De uns anos para cá, a busca por esse tipo de imóveis durante a campanha vem caindo. A partir de 2024, temos observado uma procura um pouco menor.”

Entre as razões para a diminuição, está a migração da campanha para a internet. A partir de 2018, a Justiça Eleitoral passou a proibir várias modalidades de campanha na rua - como a pintura de muros e instalação de cavaletes divulgando candidatos em praças e canteiros públicos. Ao mesmo tempo, as redes sociais ganharam uma relevância maior na vida dos cidadãos.

Com isso, houve uma diminuição da quantidade de material de campanha e do tamanho das equipes de rua. Isso se refletiu na demanda por espaços para armazenar o equipamento e reunir a militância.

Governo federal tira Marcola de conselho de empresa pública

/ INVESTIGAÇÃO

O governo federal decidiu não reconduzir Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para o conselho de administração da Terracap. A estatal, que gere o patrimônio imobiliário de Brasília, pertence ao Distrito Federal, mas a União é acionista minoritária e, por isso, tem direito a indicações.

A informação foi publicada pelo SBT News e confirmada pelo Estadão.

Em nota o Palácio do Planalto, afirmou que a alteração da indicação decorre da saída de Marcola do governo.

“Os assentos de representação da União em conselhos públicos são destinados a servidores públicos formalmente nomeados, observados os requisitos legais e normativos aplicáveis. Desse modo, todas as va-

gas ocupadas por pessoas que deixam a administração federal são sempre substituídas”, informou a Secretaria de Comunicação do governo.

Marcola exercia cargo no colegiado da empresa desde 2023. Ele entrou na mira da Polícia Federal por ter recebido R\$ 249 mil da lobista Roberta Luchsinger, suspeita da prática de tráfico de influência junto com Fabio Luis da Silva, conhecido como Lulinha.

A aliados, o ex-chefe de gabinete afirma que os repasses foram efetuados a título de empréstimo.

No conselho da Terracap, ele recebia R\$ 12,4 mil mensais, além dos R\$ 31,9 mil a que tinha direito pelo cargo na Presidência. Conforme revelou o Estadão, os cargos do governo no colegiado da empresa são usados para turbinar salários de auxiliares de ministros e do próprio presidente.

Lula defende investigação sobre assessor, mas minimiza empréstimo

O presidente Lula (PT) comentou, em reunião com dirigentes do PSOL e Rede nesta quarta-feira, que defende as investigações da Polícia Federal contra seu ex-chefe de gabinete Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, que pegou um empréstimo de R\$ 249 mil com a empresária Roberta Luchsinger.

Ligada ao lobista conhecido como Careca do INSS, um dos principais alvos da operação que mirou fraudes em benefícios, Roberta Luchsinger também é amiga de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente. Conhecido no mundo político como Lulinha, ele está sendo investigado pela Polícia Federal por suposto tráfico de influência.

Em fala breve aos aliados, o petista disse que todas as pessoas já pegaram algum empréstimo ao longo da vida. Marcola deixou a chefia do gabinete para integrar a equipe de campanha, de Lula da qual pediu para sair após a revelação do caso. A informação foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo e confirmada pela Folha de S. Paulo.

Aos aliados Lula também disse que a direita historicamente utilizou acusações não comprovadas como artilharia contra a esquerda e citou casos de

Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Ao falar sobre Marcola, defendeu a continuidade das investigações.

A transferência da empresária foi revelada pelo site Poder360. Marcola só se manifestou após a publicação da reportagem, na segunda-feira, afirmando que a transação se tratou de um empréstimo pessoal, já quitado, e que não há ilegalidade na operação.

Após o episódio, o presidente Lula determinou que Marcola desse explicações sobre o empréstimo obtido com a empresária, que é investigada pela Polícia Federal.

Ainda segundo relatos, Lula afirmou que sabia do empréstimo dias antes de ele vir à tona, mas não antes de escalar Marcola para a equipe da campanha. Outros aliados do presidente se dizem surpreendidos com a notícia, duvidando que o presidente tenha sido informado com antecedência.

O presidente da República ainda não se manifestou oficialmente sobre o caso de seu ex-assessor. Por outro lado, declarou, em entrevista, que não usará o cargo para proteger o filho e defendeu a autonomia da Polícia Federal.

Moraes marca audiência para discutir Lei Antifacção

/ STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes convocou uma audiência pública para reunir especialistas, representantes de instituições e entidades da sociedade civil em torno das ações que contestam a constitucionalidade da Lei Antifacção, nome dado ao Marco Legal do Combate ao Crime Organizado. O debate antecede a análise dos pedidos de medida cautelar e o julgamento do mérito das ações que questionam a norma.

As discussões ocorrerão nos dias 24 e 25 de agosto, no plenário da corte, e abrangerão, de for-

ma conjunta, quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que apontam possíveis violações a direitos e garantias fundamentais decorrentes das mudanças introduzidas na legislação penal e processual penal.

Ao justificar a realização da audiência, Moraes afirmou que o tema possui elevado impacto para a ordem social e demanda uma análise ampla, diante de sua relevância para a segurança jurídica e para o sistema de Justiça.

Entre os principais pontos que serão debatidos estão a criação de novos tipos penais e o endurecimento das punições para chefes de organizações criminosas; a

proibição de concessão de livramento condicional; a previsão de prisão preventiva como regra em determinadas situações; a possibilidade de perda de bens sem condenação criminal definitiva; a adoção de medidas cautelares contra empresas; o monitoramento de encontros entre advogados e presos; o cancelamento do título de eleitor de pessoas presas por crimes específicos; além da realização preferencial de audiências de custódia por videoconferência.

As entidades interessadas em participar do debate poderão solicitar habilitação até 10 de agosto, por meio do endereço eletrônico disponibilizado pelo STF.